

Automedicação entre estudantes de cursos da área de saúde

Luciana Amaral de Faria Silva^{1*} & Andrea Macedo de Souza Rodrigues¹

¹Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Química e Exatas, Curso de Farmácia

Endereço para correspondência: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Jequiezinho – Jequié/BA – CEP: 4500-000. Tel: (73) 3528-9739 – Email: lucianadefaria@gmail.com

RESUMO

A automedicação é uma prática comum na sociedade que pode causar sérios danos a saúde do indivíduo. Nesse contexto, foi realizado um estudo do tipo transversal descritivo com objetivo de analisar a prática da automedicação entre universitários dos cursos de farmácia, enfermagem, medicina e odontologia, matriculados em semestres iniciais, intermediários e finais dos respectivos cursos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-BA, buscando conhecer se o curso e o conhecimento adquirido durante a graduação interferem nessa prática. Participaram da pesquisa 209 graduandos que responderam a um questionário auto aplicado, contendo questões de múltipla escolha sobre a prática da automedicação. Os dados foram tratados estatisticamente utilizando-se o programa SPSS 20. Em relação à automedicação, 98,1% participantes afirmaram que já usaram medicamentos sem orientação ou receita médica. Os medicamentos mais utilizados na forma de automedicação foram os analgésicos e antitérmicos (19,4%). O sintoma/doença que os graduandos mais acreditavam possuir foi dor de cabeça (20,8%). Sendo possível constatar que não houve correlação entre o curso e a prática da automedicação e que não ocorreu aumento dessa prática durante o avançar dos semestres/anos, concluindo-se que o curso e o conhecimento adquirido durante a graduação não interferem nessa prática.

Palavras-chave: Automedicação, Estudantes de ciências da saúde.

ABSTRACT

Self-medication is a common practice in society that can seriously damage the health of the individual. In this context, a descriptive cross-sectional study in order to examine the practice of self-medication among university students of pharmacy, nursing, medicine, dentistry and enrolled in early semesters, intermediaries and end of their courses, the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia was conducted seeking to know whether the course and the knowledge acquired during students interfere with the practice. 209 students participated in the survey who answered a questionnaire self-applied, containing multiple choice questions on self-medication. Data were statistically analyzed using SPSS 20 Program. In relation to self-medication, 98,1% participants said they had used drugs without guidance or prescription. The more common form of self-medication drugs were analgesics and antipyretics (19,4%). The symptom/disease that most students were believed to possess the headache (20,8%). It was found that there was no correlation between the course and the practice of self-medication and there was no increase in the practice during the advance of the semesters/years. Concluding that the course and the knowledge gained during undergraduate studies do not interfere with the practice.

Keywords: Self-medication, Students, Health Occupations.

INTRODUÇÃO

A automedicação é caracterizada pela administração de medicamentos, sem prescrição, com a finalidade de amenizar sintomas e tratar doenças. Essa prática é realizada quando um indivíduo utiliza um medicamento por iniciativa própria ou recomendado por um familiar ou amigo, inicia, prolonga, interrompe, ou altera uma terapêutica medicamentosa sem consultar um profissional capacitado. A utilização de receitas médicas antigas, também é considerada automedicação (Schuelter-Trevisol *et al.*, 2011).

O elevado custo de uma consulta médica, a facilidade de se adquirir medicamentos sem receita, o medo do agravamento dos sintomas sentidos, a restrição do poder prescritivo, a propaganda excessiva, o acesso rápido às informações sobre medicamentos na internet e a falta da divulgação de seus malefícios, contribuem para a automedicação (Silva *et al.*, 2011).

Em nível nacional, a farmácia comunitária é a principal responsável pelo fornecimento de medicamentos, uma vez que os serviços públicos de saúde não atendem a demanda da população (Naves *et al.*, 2010) e, por consequência, o paciente procura tratar sua doença sozinho ou por indicação de outra pessoa, causando um agravamento em seu quadro clínico, por não receber orientação e tratamento corretos (Naves *et al.*, 2010). O consumo de medicamentos sem prescrição é comum entre os brasileiros de todas as idades e aproximadamente 20 mil pessoas morrem ao ano em consequência da automedicação (Bortolo *et al.*, 2008).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 1979), a automedicação deve ser entendida como um dos elementos do autocuidado. No Brasil, a automedicação é aconselhada quando ela é acompanhada de orientações de um profissional farmacêutico, sobre o uso correto do medicamento, além de poder ser realizada apenas com os medicamentos isentos de prescrição (MIP). Quando a automedicação ocorre dessa maneira, ela passa a ser conhecida como automedicação responsável (Marques, 2008).

A automedicação responsável pode representar economia ao indivíduo e ao sistema de saúde como um todo. Caso contrário, ao adquirir medicamentos inadequados o indivíduo pode estar sujeito ao risco de efeitos adversos e ter gastos desnecessários (Pelicioni, 2005). Além disso, a automedicação, feita de forma indiscriminada, pode mascarar sintomas importantes, agravando o quadro clínico e levando a uma recomendação terapêutica equivocada. Há de se considerar ainda que o próprio medicamento pode causar iatrogênias, piorando as condições do paciente e ocasionando muitas vezes, transtornos mais graves que a doença inicial

(Damasceno *et al.*, 2007). De fato, Mazzilli (2008) relata que a minoria da população está preparada para exercer uma automedicação segura e eficaz.

Diversos estudos demonstraram ser alta a taxa de automedicação entre universitários de diferentes cursos da área de saúde (Rios *et al.*, 2013; Silva *et al.*, 2012; Galato, Madalena & Pereira, 2012), que serão, futuramente, os principais responsáveis por conscientizar a população sobre os riscos da automedicação. Existe uma intensa relação entre o uso correto dos medicamentos e as atividades exercidas pelo farmacêutico, enfermeiro, médico e odontólogo. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo analisar a prática da automedicação entre os universitários dos cursos de farmácia, enfermagem, medicina e odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, localizada no município de Jequié-BA, buscando conhecer se o curso e o conhecimento adquirido durante a graduação interferem nessa prática.

MÉTODO

Foi realizado um estudo do tipo transversal descritivo, para analisar a prática da automedicação entre graduandos de cursos da área da saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus de Jequié.

A amostra estudada foi composta por 209 universitários regularmente matriculados nos cursos de enfermagem, farmácia, medicina e odontologia, maiores de 18 anos, que concordaram em participar da pesquisa e cursando o 1º, 5º e 9º semestres, para os alunos de farmácia e odontologia, o 1º, 5º e 8º semestres, para os de enfermagem, e o 1º, 3º e 4º anos, para os alunos de medicina. Ou seja, alunos que estavam matriculados nos semestres ou anos iniciais, intermediários e finais dos respectivos cursos.

O número de participantes da pesquisa foi definido mediante cálculo, utilizando a estimativa do erro amostral para a população total de 360 estudantes distribuídos entre os cursos de enfermagem, farmácia, medicina e odontologia, tolerando-se um erro amostral de 5% (Barbetta, 2002).

Uma amostragem aleatória simples estratificada, com partilha proporcional, foi realizada. Esse tipo de amostragem é feito quando se conhece informações sobre a população amostrada. Os elementos da população são divididos primeiramente em grupos chamados estratos (cada curso de saúde) e amostra-se aleatoriamente dentro de cada um, de forma que cada elemento da população pertença a somente um estrato. Se os estratos forem representados

na amostra na mesma proporção que na população, tem-se uma amostragem aleatória simples, estratificada, com partilha proporcional, sendo representativa de cada curso.

O teste de normalidade de Jargue-Bera (JB), que serve para verificar a normalidade de uma amostra aleatória, foi utilizado, constatando-se que a amostra obtida seguiu a distribuição normal.

A coleta de dados foi realizada no mês de janeiro do ano de 2014, após aprovação do presente projeto pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, conforme parecer número 22280513.0.0000.0055 (CAAE).

Os indivíduos incluídos na pesquisa foram informados sobre os objetivos do estudo e convidados a participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento utilizado para a coleta das informações foi um questionário semi-estruturado auto aplicado. O período recordatório utilizado no estudo foi o espaço temporal compreendido desde o ingresso no curso de graduação de saúde até o momento da pesquisa, ou seja, para responderem o questionário, os entrevistados forneceram informações referentes à prática da automedicação desde o início da graduação.

O questionário contava com 22 questões sobre dados pessoais, socioeconômicos, acadêmicos (sexo, idade, semestre atual do curso, estado civil, com quem vive e renda familiar mensal) e sobre a prática da automedicação ao longo da graduação. Essas questões tinham como objetivo conhecer aspectos do consumo de medicamentos como, por exemplo, uso de classes específicas de medicamentos, controlados ou não, sem orientação ou receita médica, aconselhamento com farmacêuticos, balconistas de farmácias ou outras pessoas para aquisição e uso dos medicamentos, emprego de receitas médicas antigas, compra e utilização de fármacos controlados, hábito de leitura da bula dos medicamentos, interferência do conhecimento adquirido ao longo do curso na prática da automedicação, e ato de indicar medicamentos informalmente para outrem.

Após a coleta dos dados, os questionários foram organizados e, em seguida, os dados foram tabulados e analisados, utilizando o programa SPSS 20. Para detectar se o tipo de curso de saúde e o conhecimento adquirido durante a graduação interferiam na prática de automedicação foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (r). No presente trabalho, a correlação foi considerada nos casos em que $r \geq 0,5$ ou $r \leq -0,5$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta as características da amostra em relação ao sexo, faixa etária, estado civil, moradia, renda familiar e curso. Do total de participantes, 136 (65,1%) eram do sexo feminino. Resultado semelhante foi encontrado por Aquino, Barros & Silva (2010) em um estudo realizado com estudantes da área de saúde, verificando que o maior número de participantes era do sexo feminino (61,4%). Em relação à faixa etária, 106 (50,7%) tinham de 21 a 25 anos, resultado este diferente do encontrado em estudo realizado por Rios *et al.* (2013), para verificar as características da automedicação dos alunos de uma escola técnica do sul de Minas Gerais, onde 57,0% dos alunos tinham entre 20 e 22 anos.

No presente estudo, 189 participantes (90,4%) eram solteiros, 89 (42,6%) moravam em república e 99 (47,4%) tinham renda familiar acima de 4 salários mínimos. Pode-se verificar que esses resultados, com exceção do estado civil, não condizem com resultados de Schuelter-Trevisol *et al.* (2011), em estudo realizado na Universidade do Sul de Santa Catarina, onde observaram que 93,1% dos alunos eram solteiros, 101 (63,1%) residiam com familiares e 89 (70%) tinham uma renda familiar superior a 10 ou mais salários mínimos.

Tabela 1 – Distribuição dos graduandos em relação ao sexo, faixa etária, estado civil, moradia, renda familiar e curso, Janeiro 2014, Jequié-BA.

Características da amostra	Graduandos	
	n	%
Sexo		
Feminino	136	65,1
Masculino	73	34,9
Faixa etária		
≤ 20 anos	61	29,2
21 a 25 anos	106	50,7
26 a 30 anos	25	12,0
31 a 35 anos	14	6,7
36 a 40 anos	2	1,0
≥ 40 anos	1	0,5
Estado civil		
Solteiro	189	90,4
Casado	18	8,6
Divorciado	2	1,0
Com quem vive		
Em república	89	42,6
Familiares	86	41,1
Sozinho	34	16,3

Renda familiar (SM*)		
Até 1 SM	19	9,1
Até 2 SM	46	22,0
Até 3 SM	45	21,5
Acima de 4 SM	99	47,4
Curso		
Farmácia	70	33,5
Medicina	51	24,4
Enfermagem	47	22,5
Odontologia	41	19,6

Fonte: Pesquisa Direta. *SM = Salário Mínimo

Em relação à automedicação, 205 (98,1%) participantes afirmaram que já usaram medicamentos sem orientação ou receita médica, desde o início do curso de graduação, evidenciando uma alta prevalência nessa prática, assim como outros realizados com estudantes em algumas universidades do Brasil. Em pesquisa realizada entre graduandos de diferentes áreas da formação acadêmica da Universidade do Sul de Santa Catarina, constatou-se que 330 (96,5%) já realizaram essa prática (Galato, Madalena & Pereira, 2012). Em uma instituição privada do sul do estado de Minas Gerais, 697 (93,11%) graduandos da área da saúde se automedicavam (Silva *et al.*, 2011). Entre os estudantes de medicina da Universidade de Ribeirão Preto, 92% praticavam a automedicação (Silva *et al.* 2012). Na Universidade Federal de Alfenas, 222 (90,6%) graduandos dos cursos de enfermagem, farmácia e odontologia realizavam essa prática (Damasceno *et al.*, 2007).

De acordo com Vilarino *et al.* (1998), as pessoas com mais conhecimentos, sejam adquiridos em sala de aula ou pelas experiências da vida, sentem-se mais confiantes para se automedicarem.

Em pesquisa realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, observou-se que 90,4% dos estudantes de medicina de diferentes períodos do curso afirmaram não procurar um médico por acreditarem não ser necessário. Segundo os autores desse estudo, essa autoconfiança é adquirida por informações obtidas em propagandas, na internet ou mesmo em sala de aula, além de experiências anteriores com o mesmo medicamento poderem exercer um importante papel (Aquino, Barros & Silva, 2010).

No presente estudo, 111 (53,1%) graduandos afirmaram que já se basearam em receitas médicas antigas, para tratar sintomas e doenças. Resultado semelhante foi encontrado em trabalho realizado com alunos de medicina, em que 50,5% também relataram já terem utilizado prescrições antigas (Silva *et al.*, 2012). Foi realizado um teste para verificar se houve, ou não,

correlação entre aqueles que se automeDICAVAM e o ato de se basear em receitas antigas. Porém, foi obtido um coeficiente de correlação de Pearson ($r = -0,061$) maior que $-0,5$, não havendo, portanto, correlação entre essas variáveis.

Quanto à aquisição e indicação do medicamento usado na prática de automedicação, os participantes responderam mais de uma alternativa. Em relação às formas de aquisição, do total de alunos, 172 (72,9%) compraram o medicamento, 38 (16,1%) adquiriram de parentes, amigos ou vizinhos e 26 (11%) utilizaram sobras de tratamentos anteriores.

Em relação à indicação do medicamento usado na automedicação, 38,2% dos graduandos afirmaram ter sido feita por um familiar, 30,1% por conta própria, 12,9% por amigos, 11,0% por balconistas, 6,1% por farmacêuticos e 1,3% por vizinhos. Conforme pesquisa realizada com estudantes dos cursos de graduação em medicina e direito de uma universidade do sul do Brasil, a orientação de um parente ou amigo prevaleceu como determinante para a prática da automedicação, apresentando frequências de 41,2% (Schuelter-Trevisol *et al.*, 2011). Aquino, Barros & Silva (2010) constataram que 57,7% dos acadêmicos da área de saúde se automeDICAVAM, influenciados pela mídia, por parentes, amigos, balconistas de farmácia, dentre outros. No estudo com alunos de uma escola técnica do sul de Minas Gerais, houve mais casos de indicação dos medicamentos por parte dos familiares (42,5%), seguido do uso por conta própria (23,6%) e da indicação por balconista (18,9%) (Rios *et al.*, 2013). De acordo com Rios *et al.* (2013), os familiares exercem influência significativa no cuidado com a saúde sendo considerados a principal influência para a ocorrência dessa prática, pois a confiança que é depositada neles, a partir do vínculo existente, facilita o processo de automedicação.

Em relação à aquisição dos medicamentos utilizados na prática da automedicação que necessitavam da retenção de receita, 140 (67%) graduandos responderam que não necessitavam, 43 (20,6%) que necessitavam e 26 (12,4%) não sabiam. Resultado diferente do encontrado por Silva *et al.* (2012), em que a compra de medicamentos, usados para a mesma prática, que necessitavam da retenção da receita ocorreu entre 6,5% dos alunos. Conforme preconiza a Portaria 344/98 é proibida a dispensação de medicamentos controlados sem a retenção da receita médica (Brasil, 1998).

Dos participantes, 86 (43,9%) usaram o medicamento por 3 dias, 52 (26,5%) por 1 dia, 36 (18,4%) por 2 dias e os outros, por mais de 3 dias. Dentre os medicamentos mais usados por 3 dias, 2 dias e 1 dia, respectivamente, estavam os antiinflamatórios (72,3%), os analgésicos/antitérmicos (41,5%) e os medicamentos para resfriados/gripes (45,6%). E ainda,

143 (73,7%) participantes seguiram as instruções da bula do medicamento, sendo 56 (39,2%) estudantes do curso de farmácia. Mais especificamente, dentre os estudantes do curso de farmácia que liam a bula, a maior parte deles, proporcionalmente, encontrava-se no 5º semestre. Esse resultado talvez possa ser explicado pelo fato de a disciplina de Farmacodinâmica I estar presente justamente no 5º semestre do curso, como pode ser verificado na grade curricular. Através da disciplina de Farmacodinâmica I os alunos estudam sobre a ação dos fármacos e medicamentos no organismo, enfatizando os processos fisiopatológicos, os mecanismos de ação, as interações medicamentosas e as reações adversas. Todo o conhecimento adquirido através dessa disciplina poderia ter influenciado no maior interesse desses estudantes por ler a bula. No trabalho de Neto *et al.* (2006), 86,52% dos entrevistados relataram que liam a bula, que segundo esses autores é um importante instrumento para informar o usuário, mas também pode gerar uma sensação superficial de domínio do saber médico, e mesmo com grande número de informações contidas nas bulas, as pessoas continuam a praticar a automedicação.

A Tabela 2 apresenta os medicamentos mais utilizados na forma de automedicação entre os estudantes dos cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina.

Tabela 2 – Medicamentos mais utilizados na forma de automedicação entre os estudantes dos cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina, Janeiro 2014, Jequié-BA

Medicamentos utilizados	Frequência	
	n*	%
Analgésicos/Antitérmicos	185	19,4
Anti-inflamatórios	170	17,8
Medicamentos para resfriados/Gripes	150	15,7
Medicamentos para tosse	121	12,7
Descongestionantes/Vasoconstritores nasais	80	8,4
Antibióticos	79	8,3
Antialérgico/Anti-histamínicos	79	8,3
Gotas otológicas	30	3,1
Corticóides nasais (sprays nasais)	21	2,2
Corticóides sistêmicos (via oral)	19	2
Antiasmáticos	7	0,7
Outros	13	1,4
Total	954	100

Fonte: Pesquisa direta.

*Houve mais de uma resposta por acadêmico, n=205

Observa-se que os medicamentos mais utilizados foram os analgésicos e antitérmicos. Em estudos realizados por Loyola Filho *et al.* (2002), Schuelter-Trevisol *et al.* (2011) e Aquino *et al.* (2010), esses medicamentos também foram os mais consumidos pelos pesquisados, com as respectivas frequências, 47,6%, 44,9% e 24%. A explicação para o maior uso desses medicamentos está relacionada com a facilidade de aquisição e pela ideia de que se trata de substâncias que não apresentam riscos à saúde, pois muitos deles são classificados como fármacos de venda livre (Rios *et al.*, 2013). Entretanto, como qualquer medicamento, podem produzir reações adversas, mascarando quadros clínicos de maior gravidade (Schuelter-Trevisol *et al.*, 2011).

No presente estudo, verificou-se o uso de antibióticos para automedicação por 79 (37,8%) graduandos. A utilização desses medicamentos de forma inadequada tem contribuído para o mecanismo de resistência bacteriana, um problema de saúde pública mundial (Aquino, Barros & Silva, 2010). De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), antibióticos devem ser dispensados com retenção da 2^o via da receita médica (Brasil, 2011). Porém o período recordatório utilizado no presente trabalho foi a partir do início do curso de graduação, portanto, alguns alunos ingressaram no curso antes da implementação da Resolução e isso pode ter contribuído sobre o resultado encontrado. Mas sabe-se também que muitas pessoas se automedicam usando medicamentos que estejam disponíveis em casa, ou seja, “sobras” de medicamentos oriundas de tratamentos anteriores (Marques, 2008). Essa também pode ser uma das causas que levou ao uso de antibióticos pela população estudada, visto que, 26 (11%) dos estudantes afirmaram utilizar sobras de tratamentos anteriores, quando questionados a respeito da aquisição e indicação do medicamento usado na prática de automedicação.

A Tabela 3 apresenta os sinais/sintomas/doenças que os graduandos dos cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina acreditavam possuir. A dor de cabeça, resfriado/gripe, febre e infecções/inflamações de garganta foram os mais citados em todos os cursos e semestres/anos avaliados, exceto no 4^o ano de medicina em que as alergias figuraram como o segundo sinal/sintoma/doença mas relatado, logo após a dor de cabeça. Resultado semelhante foi encontrado por Damasceno *et al.* (2007) que constataram que os principais motivos que levaram os acadêmicos estudados à automedicação foram: dor de cabeça (35,6%); febre (12,4%), dor de garganta (5,8%), gripe (5,5%), resfriado (4,8%) e inflamação na garganta (4,3%).

Tabela 3 - Sinais/sintomas/doenças que os graduandos dos cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina acreditavam possuir, Janeiro 2014, Jequié-BA.

Sinais/sintomas/doenças	Frequência	
	n*	%
Dor de cabeça	182	20,8
Resfriado/Gripe	165	18,9
Febre	147	16,8
Infecções/Inflamações de garganta	116	13,3
Alergias	78	8,9
Rinite	57	6,5
Sinusite	34	3,9
Infecções/Inflamações de ouvido	27	3,1
Lesões de pele	26	3,0
Refluxo	15	1,7
Lesões orais	10	1,1
Doenças pulmonares	6	0,7
Outros	10	1,1
Total	873	100,0

Fonte: Pesquisa Direta.

*Houve mais de uma resposta por acadêmicos, n=205.

Do total de participantes, 166 (80,9%) afirmaram que o conhecimento interferiu na sua prática de automedicação, e entre eles, 85 (51,2%), às vezes, usavam medicamentos sem a orientação de um profissional legalmente capacitado, 56 (33,7%) não usavam, e 19 (11,4%) sempre que precisavam, usavam. Entretanto, não foi verificada correlação ($r= 0,001$) entre a automedicação e o conhecimento adquirido ao longo do curso (coeficiente de correlação de Pearson menor que 0,5).

Do total dos alunos que se automedicavam, 145 (70,7%) afirmaram que não consideram ter conhecimento suficiente para se automedicar. Diante desses resultados, fica demonstrado o risco dessa prática nessa população, pois, como já exposto, 205 (98,1%) graduandos afirmaram que já usaram medicamentos sem orientação ou receita médica, ou seja, a maioria deles se automedica mesmo sem ter informações suficientes e necessárias para realizar essa prática.

Em relação ao ato de indicar medicamentos para outras pessoas, 60 (29,3%) responderam que tinham esse costume e 145 (70,7%) não tinham. Um teste foi realizado para

verificar se houve, ou não, correlação entre aqueles que julgavam ter conhecimento suficiente para se automedicar e o ato de indicar medicamentos para outras pessoas. Entretanto, foi obtido um coeficiente de correlação de Pearson ($r=0,263$) menor que 0,5, não havendo, portanto, correlação entre essas variáveis. É necessário conscientizar a população para se consultar com profissionais de saúde legalmente capacitados para prescrever medicamentos, pois mesmo um medicamento utilizado de forma correta em sua indicação, se administrado em altas doses pode causar sérios danos à saúde de um indivíduo (Neto *et al.*, 2006; Rios *et al.*, 2013).

A Tabela 4 apresenta a distribuição da amostra em relação à prática da automedicação entre os cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina.

Tabela 4 – Distribuição da amostra em relação à prática da automedicação entre os cursos de enfermagem, odontologia, farmácia e medicina, Janeiro 2014, Jequié-BA.

Curso	Automedicação					
	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Enfermagem	47	100,0	0	0,0	47	100,0
Odontologia	41	100,0	0	0,0	41	100,0
Farmácia	69	98,6	1	1,4	70	100,0
Medicina	48	94,1	3	5,9	51	100,0
Total	205	-	4	-	209	100

Fonte: Pesquisa direta.

Não houve correlação entre curso e a prática da automedicação ($r=0,045$). Em estudo com acadêmicos da área da saúde de uma universidade privada do sul do estado de Minas Gerais, 94,55% dos estudantes de medicina realizaram essa prática, seguidos dos graduandos de odontologia (93,18%), farmácia (89,50%) e enfermagem (88,57%) (Silva *et al.*, 2011). Em pesquisa realizada na Universidade Federal de Alfenas, no curso de enfermagem, a prevalência da automedicação foi de 91,2%, 86,9% no curso de farmácia, e 93,8% em odontologia (Damasceno *et al.* 2007).

Não houve um aumento na prática da automedicação durante o avançar dos semestres/anos. Com exceção do 1º semestre de farmácia e 1º e 3º anos de medicina, 100% dos graduandos nos outros semestre/anos afirmaram se automedicar. No curso de medicina, o coeficiente de correlação de Pearson ($r=-0,117$) entre a automedicação e o avançar dos anos do curso (maior que -0,5), demonstra que não houve correlação entre essas variáveis. No curso de farmácia também não foi encontrada correlação ($r=-0,133$), evidenciando que o conhecimento adquirido ao longo do curso não interferiu na automedicação, pois essa prática ocorre desde o início da graduação, estando relacionada a hábitos já existentes entre os ingressantes.

Como demonstram os trabalhos com outras populações, a automedicação é uma prática comum entre as pessoas, apresentando-se em frequências elevadas em vários estudos (Vilarino *et al.*, 2008; Mazzilli, 2008; Beckhauser *et al.*, 2010). Diante disso, fica claro a necessidade de intervenção na estrutura educacional, através de métodos e protocolos efetivos, com o intuito de alertar os estudantes de cursos de saúde sobre os riscos dessa prática. Os responsáveis pela formação acadêmica dos estudantes de cursos de saúde devem focar as questões éticas, considerando que a prática da automedicação, na maioria das vezes, é contrária o uso racional de medicamentos (Silva *et al.*, 2012).

CONCLUSÃO

No presente estudo verificou-se que a prática da automedicação entre os graduandos dos cursos de farmácia, enfermagem, medicina e odontologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, localizada no município de Jequié-BA, é elevada, porém, encontra-se dentro dos parâmetros observados em outros trabalhos. Foi possível constatar que não houve correlação entre o curso e a prática da automedicação, tampouco entre o conhecimento adquirido durante a graduação e a automedicação.

REFERÊNCIAS

1. Schuelter-Trevisol F, Trevisol DJ, Jung GS, Jacobowski B. Automedicação em universitários. *Rev. Bras. Clin. Med.* 9(6): 414-17, 2011.
2. Silva LSF, Costa AMDD, Terra FS, Zanetti HHV, Costa RD, Costa MD. Automedicação em acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde de uma universidade privada do Sul do Estado de Minas Gerais. *Odontol. Clín. Cient.* 10(1): 57-63, 2011.
3. Naves JOS, Castro LLC, Carvalho CMS, Merchán-Hamann E. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Cien. Saude Colet.* 15(1): 1751-62, 2010.
4. Bortolon PC, Medeiros EFF, Naves JOS, Karnikowski MGO, Nóbrega OT. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. *Cien. Saude Colet.* 13(4): 1219-26, 2008.
5. World Health Organization [WHO]. Expert committee on selection of essential drugs. The selection of essential drugs: first report of the WHO Expert Committee. Geneva; 1979. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/41361/1/WHO_TRS_641.pdf>. Acesso em: jan. 2014.
6. Marques LAM. Atenção farmacêutica em distúrbios menores. 2ª ed. São Paulo: Medfarma; 2008. 296 p.

7. Pelicioni AF. *Padrão de consumo de medicamentos em duas áreas da região metropolitana de São Paulo, 2001-2002*. 2005. São Paulo. Dissertação. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
8. Damasceno DD, Terra FS, Zanetti HHV, D'Andréa ED, Silva HLR, Leite JA. Automedicação entre graduados de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. *Ver. Min. Enferm.* 11(1): 48-52, 2007.
9. Mazzilli LEN. *Urgência odontológica e prevalência da automedicação na população economicamente ativa de uma micro área da cidade de São Paulo*. 2008. São Paulo. 146p. Tese. Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo.
10. Melo DO, Ribeiro E, Storpitis S. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. *Rev. Bras. Ciênc. Farm.* 42(4): 475-85, 2006.
11. Rios MF, Souza WA, Siqueira VMS, Podestá MHMC, Melo GGP, Zuba AG, Machado JCFS, Ferreira EB. Perfil da automedicação dos alunos de uma escola técnica do Sul de Minas Gerais. *Rev. Unincor.* 11(2): 420-1, 2013.
12. Silva RCG, Oliveira TM, Casimiro TS, Vieira KAM, Tardivo MT, Faria Jr M, Restini CBA. Automedicação em acadêmicos do curso de medicina. *Rev. Medicina.* 45(1): 5-11, 2012.
13. Galato D, Madalena J, Pereira GB. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. *Cien. Saude Colet.*;17(12): 3323-30, 2012.
14. Barbetta PA. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª ed. Florianópolis: UFSC; 2002.
15. Vilarino JF, Soares IC, Silveira CM, Rodel APP, Bortoli R, Lemos RR. Perfil da Automedicação em Município do Sul do Brasil. *Rev. Saude Publica.* 32(1): 43-49, 1998.
16. Neto JAC, Sirimarco MT, Choi CMK, Barreto AU, Souza JB. Automedicação entre Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. *HU Rev. Juiz de Fora.* 32(3): 59-64, 2006.
17. SPSS 20 – Programa licenciado
18. Aquino DS, Barros JAC, Silva MDP. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. *Cien. Saude Colet.* 15(5): 2533-38, 2010.
19. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: < http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf> Acesso em: abr. de 2014.
20. Loyola Filho AI, Uchôa E, Guerra HL, Firmo JOA, Costa MFL. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Rev. Saude Publica.* 36(1): 55-62, 2002.
21. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 20 de 5 de maio de 2011. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. Disponível em: < <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC2020202011.pdf>> Acesso em: maio de 2014.
22. Beckhauser GC, Souza JM, Valgas C, Piovezan AP, Galato D. Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. *Rev. Paul. Pediat.* 28(3): 262-68, 2010.